



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**BOLETIM INFORMATICO N.º 19**

**Janeiro de 1998**

**NOTAS**

**1.** Realizou-se no dia 13 de Janeiro de 1998, na Procuradoria-Geral da República e sob a presidência do Conselheiro Procurador-Geral da República, uma **reunião de trabalho** em que participaram todos os Inspectores do Ministério Público e os Vogais do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) a seguir indicados: Prof.<sup>a</sup> Doutora *Teresa Pizarro Beleza*, Dr. *Garcia Marques*, Dr. *Dias Borges*, Dr. *Rui Bastos*, Dr. *Luís Felgueiras* e Dr. *Sousa Mendes*.

Essa reunião, que visava uma ampla troca de impressões àcerca das inspecções aos serviços e aos magistrados do Ministério Público, foi extremamente proveitosa e prolongou-se entre as 11,00 e as 17,30 horas do referido dia.

Os temas tratados centraram-se nas mais diversas matérias e aspectos relativos às inspecções do Ministério Público, dos quais, a título exemplificativo, se podem referir: os critérios de classificação e diferentes graus de exigência; a questão das classificações em 1.<sup>a</sup> inspecção; atrasos processuais não justificados e sua relação com a produtividade e métodos de trabalho adoptados e as respostas aos relatórios de inspecção relacionadas com a consulta dos respectivos processos.

Dada a sua natureza e finalidade não saíram dessa reunião conclusões definitivas, mas todos concordaram na necessidade de voltar a repetir idêntico debate e assentaram em que os atrasos processuais não justificados serão sempre valorados negativamente na apreciação do mérito e que, a propósito da consulta dos processos de inspecção, os mesmos poderão ser sempre consultados quando tal for solicitado.

**2.** A reunião destinada à distribuição das inspecções previstas para o ano de 1998, teve lugar, por sua vez, no dia 14 de Janeiro.

Em anexo consta o **plano de inspecções** aprovado e homologado para o ano de 1998, com a menção das inspecções já distribuídas.

O plano apresenta, relativamente ao anteriormente divulgado, ligeiras correcções, decorrentes do facto de algumas inspecções terem sido já realizadas ou se estarem duplicadas.

Relativamente aos processos de inspecção pendentes contabilizou-se um total de apenas 58, reportando-se a grande maioria a inspecções inscritas no plano de 1997 e que, devido ao grande volume de serviço no ano transacto (onde se incluem as inspecções à Polícia Judiciária e os inquéritos e processos disciplinares distribuídos ao longo desse ano), ainda não foi possível ultimar.

**3.** Na sessão do CSMP, efectuada em 28 de Janeiro de 1998, foram nomeados mais 2 inspectores auxiliares.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Inspecção do Ministério Público passa agora a ser constituída pelos 14 inspectores que a seguir se indicam:

procurador-geral adjunto, Dr. *David Valente Borges de Pinho*;  
procurador-geral adjunto, Dr. *José Ribeiro Afonso*;  
procurador-geral adjunto, Dr. *José Azevedo Maia*;  
procurador-geral adjunto, Dr. *Gil Félix Rocha de Almeida*;  
procurador-geral adjunto, Dr. *Avelino Afonso Gonçalves*;  
procurador-geral adjunto, Dr. *Vitor Manuel dos Santos Silva*;  
procurador-geral adjunto, Dr. *Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro*;  
procurador-geral adjunto, Dr. *José Nunes Gonçalves de Carvalho*  
procurador-geral adjunto, Dr. *Vitor Manuel de Matos Franco*;  
procurador-geral adjunto, Dr. *Manuel António Neves Tavares Bastos*;  
procuradora-geral adjunta, Dr.<sup>a</sup> *Maria Helena da Silva Santos Delgado António*;  
procurador da República, Dr. *José Marques Rodrigues*;  
procurador-geral adjunto, Dr. *António Bernardino Peixoto Madureira*; e  
procurador da República, Dr. *Luís Filipe Ramos Bonina*.

**4.** O Dr. *José Augusto Sacadura Garcia Marques* foi nomeado, na sessão do plenário do Conselho Superior da Magistratura ocorrida a 13 de Janeiro de 1998, juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, cargo de que, entretanto, já tomou posse a 4 de Fevereiro. Ficou assim vago, no CSMP, o lugar para que havia sido eleito pelos seus pares, sendo anunciada em breve a data da eleição do seu sucessor.

**5.** A próxima sessão do CSMP terá lugar, conforme já divulgado, no próximo dia **4 de Março de 1998**.

#### **A TABELA**

**1.** A agenda da sessão ordinária do CSMP, realizada no passado dia 28 de Janeiro de 1998, previa **37 pontos** para o **Plenário** e **16 pontos** para a **Secção Disciplinar**.

**2.** A grande maioria dos pontos inscritos na tabela do **Plenário** respeitava à apreciação de processos de inspecção - 27 - envolvendo 29 magistrados: 3 procuradores da República e 26 delegados do procurador da República. Os restantes pontos da agenda de trabalhos do Plenário incluíam, para além do período de antes da ordem do dia, a análise da reclamação de uma deliberação da secção disciplinar que aplicou 18 meses de inactividade a um magistrado; a renovação das comissões de serviço de dois procuradores-gerais adjuntos colocados em tribunais superiores; a apreciação dos pedidos de renovação da comissão de serviço de dois magistrados em exercício de funções no Gabinete de Direito Europeu e no Gabinete Director da Informatização Judiciária; a decisão quanto ao pedido de reintegração de uma magistrada em situação de licença ilimitada; a apreciação do pedido de nomeação de um procurador-geral adjunto como juiz, em comissão permanente de serviço, do Supremo Tribunal Administrativo (STA); a decisão quanto a um requerimento relacionado com a situação de suspensão do exercício de funções em que se encontra um magistrado por decorrência do disposto no artigo



PROCURADORIA-GERAL DA REPÙBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

126º , al. a) da Lei Orgânica do Ministério Pùblico (LOMP) e, por último, a realização do movimento de magistrados anunciado para esta sessão do Conselho.

**3.** A tabela da **Secção Disciplinar**, integrada como já se referiu por 16 pontos, previa, por sua vez, a apreciação de dois processos disciplinares, de treze processos de inquérito e de uma participação disciplinar.

## A SESSÃO EM RETROSPECTIVA

1. Na reunião do dia 28 de Janeiro, que teve o seu início às 10H30 e terminou cerca das 20H00 horas, não compareceram, por motivos justificados, dois vogais do Conselho.
2. O desenrolar dos trabalhos do Plenário permitiu apreciar 31 dos pontos inscritos na tabela, sendo adiados apenas 6.
3. A Secção Disciplinar analisou e deliberou sobre 7 dos processos constantes da agenda de trabalhos e adiou a apreciação de outros 9 processos.

## PONTOS DA AGENDA

**1.** O **Plenário** do CSMP do dia 28 de Janeiro, iniciou-se com a leitura e aprovação da acta da reunião anterior a que se seguiu o *período de antes da ordem do dia*.

Nesse período, foi deliberado, por unanimidade e com registo em acta, manifestar ao Dr. *José Augusto Sacadura Garcia Marques*, a expressão do reconhecimento de todos os membros do Conselho pelo contributo que o mesmo deu ao Conselho Superior do Ministério Pùblico e, simultaneamente, formular-lhe os melhores votos para o futuro e felicitá-lo pela sua nomeação para juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

O Conselho entrou então na apreciação dos demais *pontos inscritos na tabela* do Plenário, tendo analisado 21 processos e atribuído 23 classificações de serviço, das quais 3 respeitam a procuradores da Repùblica (PR) e as restantes 20 a delegados do procurador da Repùblica (DPR).

As **classificações** atribuídas repartiram-se pela seguinte forma: 9 de *Muito Bom* (2 PR e 7 DPR); 6 de *Bom com Distinção* (1PR e 5 DPR); 7 de *Bom* (7 DPR) e 1 de *Suficiente* (1 DPR).

Foi **autorizada** a renovação da comissão de serviço de dois procuradores-gerais adjuntos colocados nos supremos tribunais, tal como o pedido para nomeação, em comissão permanente de serviço, de um procurador-geral adjunto como juiz do STA e o pedido de reintegração de uma magistrada em situação de licença ilimitada.

Foram igualmente **autorizados** os pedidos de renovação das comissões de serviço que dois magistrados vem exercendo, respectivamente, como Director do Gabinete de Direito Europeu e no Gabinete de Director da Informatização Judiciária. No último caso, a autorização fundou-se em "motivos de excepcional interesse público", nos termos do ponto IV da



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

deliberação sobre "Comissões de Serviço", aprovada na última sessão do Conselho e divulgada como anexo 8 do Boletim Informativo n.º 18.

O requerimento apresentado por um magistrado na situação de suspensão de exercício de funções decorrente do disposto no artigo 127.º da LOMP foi indeferido.

Por último, o Conselho analisou e aprovou ainda o **movimento de magistrados** em conformidade com os mapas e notas justificativas constantes em anexo.

Com este movimento foram promovidos 27 magistrados: 9 a procurador-geral adjunto e 18 a procurador da República.

**2. Na Secção Disciplinar**, para além do arquivamento de 6 processos de inquérito (um deles, apenas na parte relativa à averiguação da inaptidão para o exercício de funções), foi deliberada a conversão em processo disciplinar de 2 processos de inquérito.

Num dos processos arquivados foi, ainda, determinado fosse dado conhecimento dos factos ali participados à magistrada visada e ao Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, em ambos os casos para os devidos efeitos.

## BALANÇO DA ACTIVIDADE DO CSMP EM 1997

A actividade do Conselho, ao longo do ano de 1997, decorreu com a habitual normalidade, tendo os trabalhos sido sempre desenvolvidos em bom ritmo e com elevados índices de proficiência e produtividade.

Realizaram-se 21 reuniões - 16 em plenário e 5 em secção disciplinar - no cômputo das quais o número total de processos apreciados e decididos ascendeu a 237, sendo 137 de inspecção, 13 de inquérito, 6 disciplinares, 2 relativos a reclamações e 79 de outras espécies.

O Conselho, para além da matéria do âmbito da gestão corrente e disciplinar do Ministério Público, apreciou e pronunciou-se sobre o anteprojecto de Lei Orgânica do Ministério Público,

o projecto de proposta de Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários, o anteprojecto de alteração do Código de Processo Penal e, por último, sobre os seguintes temas de ordem geral: "planeamento, organização e gestão dos quadros do Ministério Público"; "níveis salariais - paralelismo com a magistratura judicial - disfunções"; "órgãos de polícia criminal - coadjuvação e delegação - dependência funcional"; "condicionamentos familiares no exercício da magistratura"; "organização e funcionamento do Conselho Superior do Ministério Público"; "inspecções - planificação e critérios - ponto da situação" e "comissões de serviço - definição de critérios para o exercício da função fora da magistratura do Ministério Público".

Sua Excelência o Ministro da Justiça dignou-se, por direito próprio, a estar presente na sessão de 29 de Outubro de 1997 na qual foram debatidos os temas de ordem geral.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÙBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho atribuiu, no ano de 1997, 134 classificações de serviço: a 30 procuradores da República e 104 delegados do procurador da República.

As classificações atribuídas a procuradores da República corresponderam a 18 de Muito Bom, a 9 de Bom com Distinção e a 3 de Bom. Por sua vez, as atribuídas a delegados do procuradores da República foram de 21 de Muito Bom, 28 de Bom com Distinção, 49 de Bom e 6 de Suficiente.

Em sede disciplinar, foram aplicadas 2 sanções: uma de advertência e a outra de aposentação compulsiva; arquivados 10 processos de inquérito, e ordenada a instauração de 1 processo disciplinar.

No que se refere à mobilidade dos quadros, realizaram-se 3 movimentos, abrangendo 242 magistrados: 4 procuradores-gerais adjuntos, 33 procuradores da República, 168 delegados do procurador da República e 37 delegados do procurador da República estagiários. O número de magistrados promovidos ascendeu a 22, sendo 8 a procurador-geral adjunto e os restantes 14 a procurador da República.

Foram distribuídos aos Serviços de Inspecção 132 processos de inspecção, 18 inquéritos e 4 processos disciplinares, tendo ascendido a 165 o número de processos concluídos dos quais 132 se referem a processos de inspecção, 29 a inquéritos e os restantes 4 a processos disciplinares.

No decurso do ano de 1997 foram publicados 8 Boletins Informativos do Conselho Superior do Ministério Pùblico.

anexos:

- 1. plano de inspecções para 1998**
- 2. movimento de magistrados**